

Belo Horizonte, 8 de novembro de 2005.

REVOGAÇÕES**PORTARIA Nº 3.819**, de 3 de novembro de 2005. Ministro da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando a existência de um grande número de Portarias ministeriais editadas após a publicação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, cujos efeitos já se exauriram, que caíram em desuso ou que já se encontram implicitamente revogadas por legislação superveniente e hierarquicamente superior;

considerando a conveniência de simplificar a consulta aos atos normativos que regem a educação superior; e considerando o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, bem como o disposto no art. 21 do Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002; resolve:

Art. 1º Ressalvados os efeitos jurídicos já produzidos, ficam declaradas revogadas as Portarias relacionadas no Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO**1997**

Portaria nº 145, de 31 de janeiro de 1997
Portaria nº 525, de 09 de abril de 1997
Portaria nº 526, de 09 de abril de 1997
Portaria nº 527, de 09 de abril de 1997
Portaria nº 528, de 09 de abril de 1997
Portaria nº 529, de 09 de abril de 1997
Portaria nº 530, de 09 de abril de 1997
Portaria nº 531, de 10 de abril de 1997
Portaria nº 637, de 13 de maio de 1997
Portaria nº 639, de 13 de maio de 1997
Portaria nº 640, de 13 de maio de 1997
Portaria nº 641, de 13 de maio de 1997
Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997
Portaria nº 671, de 26 de maio de 1997
Portaria nº 745, de 30 de junho de 1997
Portaria nº 877, de 30 de julho de 1997
Portaria nº 878, de 30 de julho de 1997
Portaria nº 946, de 15 de agosto de 1997
Portaria nº 963, de 15 de agosto de 1997
Portaria nº 972, de 22 de agosto de 1997

Portaria nº 2.040, de 22 de outubro de 1997
Portaria nº 2.041, de 22 de outubro de 1997
Portaria nº 2.175, de 27 de novembro de 1997

1998

Portaria nº 53, de 27 de janeiro de 1998
Portaria nº 54, 05 de fevereiro de 1998
Portaria nº 55, 05 de fevereiro de 1998
Portaria nº 56, 05 de fevereiro de 1998
Portaria nº 57, 05 de fevereiro de 1998
Portaria nº 158, de 27 de fevereiro de 1998
Portaria nº 159, de 27 de fevereiro de 1998
Portaria nº 160, de 27 de fevereiro de 1998
Portaria nº 161, de 27 de fevereiro de 1998
Portaria nº 162, de 27 de fevereiro de 1998
Portaria nº 163, de 27 de fevereiro de 1998
Portaria nº 277, de 31 de março de 1998
Portaria nº 302, de 07 de abril de 1998
Portaria nº 560, 25 de junho de 1998
Portaria nº 892, de 12 de agosto de 1998
Portaria nº 1.126, de 08 de outubro de 1998
Portaria nº 1.127, de 08 de outubro de 1998

* Distribuído a assessores da CONSAE.

Portaria nº 1.128, de 08 de outubro de 1998
Portaria nº 1.386, de 22 de dezembro de 1998
Portaria nº 1.387, de 22 de dezembro de 1998
Portaria nº 1.388, de 22 de dezembro de 1998
Portaria nº 1.389, de 22 de dezembro de 1998
Portaria nº 1.390, de 22 de dezembro de 1998
Portaria nº 1.391, de 22 de dezembro de 1998
Portaria nº 1.392, de 22 de dezembro de 1998
Portaria nº 1.393, de 22 de dezembro de 1998
Portaria nº 1.394, de 22 de dezembro de 1998
Portaria nº 1.395, de 22 de dezembro de 1998

1999

Portaria nº 126, de 01 de fevereiro de 1999
Portaria nº 127, de 01 de fevereiro de 1999
Portaria nº 128, de 01 de fevereiro de 1999
Portaria nº 336, de 04 de março de 1999
Portaria nº 337, de 04 de março de 1999
Portaria nº 338, de 04 de março de 1999
Portaria nº 339, de 04 de março de 1999
Portaria nº 340, de 04 de março de 1999
Portaria nº 341, de 04 de março de 1999
Portaria nº 342, de 04 de março de 1999
Portaria nº 343, de 04 de março de 1999
Portaria nº 344, de 04 de março de 1999
Portaria nº 345, de 04 de março de 1999
Portaria nº 510, de 15 de março de 1999
Portaria nº 755, de 11 de maio de 1999
Portaria nº 999, de 29 de junho de 1999
Portaria nº 1.468, de 08 de outubro de 1999
Portaria nº 1.469, de 08 de outubro de 1999
Portaria nº 1.470, de 08 de outubro de 1999
Portaria nº 1.471, de 08 de outubro de 1999
Portaria nº 1.472, de 08 de outubro de 1999
Portaria nº 1.559, de 27 de outubro de 1999
Portaria nº 1.560, de 27 de outubro de 1999
Portaria nº 1.561, de 27 de outubro de 1999
Portaria nº 1.562, de 27 de outubro de 1999
Portaria nº 1.563, de 27 de outubro de 1999
Portaria nº 1.564, de 27 de outubro de 1999
Portaria nº 1.565, de 27 de outubro de 1999
Portaria nº 1.566, de 27 de outubro de 1999
Portaria nº 1.567, de 27 de outubro de 1999
Portaria nº 1.568, de 27 de outubro de 1999
Portaria nº 1.569, de 27 de outubro de 1999
Portaria nº 1.622, de 03 de novembro de 1999
Portaria nº 1.623, de 03 de novembro de 1999
Portaria nº 1.740, de 09 de dezembro de 1999

Portaria nº 1.741, de 09 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.779, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.780, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.781, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.782, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1783, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.784, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.785, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.786, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.787, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.788, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.789, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.790, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.791, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.792, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.793, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.794, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.795, de 17 de dezembro de 1999
Portaria nº 1.796, de 17 de dezembro de 1999

2001

Portaria nº 1.098, de 05 de junho de 2001
Portaria nº 1.295, de 28 de junho de 2001
Portaria nº 2.941, de 17 de dezembro de 2001

2002

Portaria nº 279, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 280, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 281, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 282, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 283, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 284, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 285, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 286, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 287, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 288, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 289, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 290, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 291, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 292, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 293, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 294, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 295, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 296, de 30 de janeiro de 2002
Portaria nº 344, de 06 de fevereiro de 2002
Portaria nº 345, de 06 de fevereiro de 2002
Portaria nº 3.848, de 24 de dezembro de 2002
Portaria nº 4.024, de 30 de dezembro de 2002
Portaria nº 4.025, de 30 de dezembro de 2002

(Transcrição)

Faxina nas universidades

Erika Klingl 4/11/2005

MEC revoga 132 portarias que regulamentam o ensino superior, a maioria baixada ainda no governo FHC. Revisão das normas, na prática, antecipa aspectos da reforma.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, revogou ontem 132 portarias ligadas à regulamentação da educação superior. A decisão possibilitará ao Ministério da Educação (MEC) antecipar alguns aspectos da reforma universitária que, quatro meses depois de entregue à Casa Civil, ainda aguarda uma posição da Presidência da República para ser encaminhada ao Congresso Nacional. "Nosso procedimento de gestão vai pavimentar o caminho e coroar, no âmbito da avaliação, questões importantes da reforma", disse Haddad ao Correio.

A maioria das portarias foi publicada durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como a que autorizava os centros universitários a abrirem estabelecimentos sem autorização do governo federal, em cidades diferentes de onde estão suas sedes. "Estamos fazendo uma faxina", garantiu Haddad. A limpeza não foi decidida de um dia para o outro. A primeira medida anunciada por Haddad, apenas dois dias após a sua posse em 29 de julho, foi a realização da revisão de todas as normas legais em vigência no ensino superior.

A revista em todas as normas - decretos, portarias e resoluções - foi feita pela consultora legislativa do Ministério da Educação (MEC), Maria Paula Dallari Bucci, que assumiu o cargo no dia em que Haddad anunciou a faxina. Para o ministro, a revogação servirá como uma espécie de transição para tornar mais rigorosas as regras para abertura e funcionamento de universidades. Durante o governo FHC, o então ministro Paulo Renato de Souza trabalhava com um marco regulatório diferente do atual. Hoje, o governo quer estar mais presente na autorização de funcionamento de instituições e credenciamento de cursos. Para Paulo Renato, o mercado do ensino superior seria capaz de se regular.

Segundo Haddad, as 132 portarias foram revogadas por, pelo menos, três motivos diferentes. Algumas tinham caído em desuso com o passar dos anos e serviam apenas para confundir os responsáveis pelas instituições de ensino superior. Outras,

como a que liberava a expansão dos centros universitários, não seguiam a orientação do MEC. Mas, para o ministro, as mais importantes são as revogações que permitirão ao Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Conaes) a antecipação da reforma universitária.

Adiantamento na prática, as revogações liberaram caminho para que o Conaes use dispositivos que estão no projeto de lei como quesito para dar notas às instituições superiores de ensino durante a avaliação externa. Está na proposta do governo, por exemplo, que todas as universidades devem ter, pelo menos, três mestrados e um doutorado. Sem a aprovação do texto pelo Congresso, o MEC não pode exigir isso. Mas o Conaes já vai dar nota maior àquelas que cumprirem o dispositivo. Quem tiver mais cinco pós-graduações bem avaliadas receberá nota máxima. Já as universidades que tiverem apenas dois mestrados terão nota um, que é a mínima.

O mesmo valerá para as instituições que tiverem ouvidoria interna para consultar a comunidade acadêmica. Se ela existir e for eficiente, nota máxima. As que não tiverem o serviço, receberão nota mínima. Também vale ponto um plano de carreira bem estruturado para funcionários e professores. Todas as normas estão listadas em mais de 150 páginas que foram entregues a Haddad na última terça-feira. "Esse encaminhamento deixa o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) praticamente completo e foi aprovado por unanimidade pelo Conaes que é formado por representantes de vários setores como estudantes, professores e empresários", disse.

Haddad não foi o único a fazer uma revisão nas portarias da área. No dia que assumiu, o ministro da Saúde, Saraiva Felipe, suspendeu o efeito de 80 portarias baixadas pelo seu antecessor, Humberto Costa, por um prazo de 30 dias. A diferença está no motivo da faxina. A suspensão das portarias da Saúde representaram a revisão de uma despesa de mais de R\$ 1 bilhão no orçamento da pasta. Saraiva Felipe congelou nomeações e até mesmo a portaria que permitia a aplicação de silicone nas nádegas de pacientes que fazem tratamento para Aids.

Se você tem alguma dúvida, entre em contato.

Saudações,

Prof^ª. Abigail França Ribeiro
Diretora Geral
abigail@consae.com.br